

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Diretoria e as demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO S.A. e de suas controladas (ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO), relativos aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2019 e 2018, os quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

A Diretoria

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Diretores Gerais

Caio Ibrahim David
Márcio de Andrade Schettini

Diretores Vice-Presidentes

André Sapoznik
Claudia Politanski
Milton Maluhny Filho

Diretores Executivos

Alexandre Grossmann Zancani ⁽¹⁾
Alexsandro Broedel Lopes
André Luís Teixeira Rodrigues
Carlos Eduardo Monico
Carlos Fernando Rossi Constantini
Carlos Orestes Vanzo
Carlos Rodrigo Formigari
Christian George Egan
Fernando Barçante Tostes Malta
Flávio Augusto Aguiar de Souza
João Marcos Pequeno de Biase
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha
Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriana Maria dos Santos
Adriano Cabral Volpini
Adriano Maciel Pedroti
Alessandro Anastasi
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Ana Lúcia Gomes de Sá Drumond Pardo
Andre Balestrin Cestare
André Henrique Caldeira Daré
Andrea Carpes Blanco
Atilio Luiz Magjila Albiero Junior
Badi Maani Shaikhzadeh
Bruno Bianchi
Bruno Machado Ferreira
Carlos Augusto Salamonde
Carlos Eduardo Mori Peyser
Carlos Henrique Donegá Aidar
Cesar Ming Pereira da Silva
Cesar Padovan
Cintia Carbonieri Fleury de Camargo
Claudio César Sanches
Cláudio José Coutinho Arromatte
Cristiane Magalhães Teixeira Portella
Cristiano Guimarães Duarte

Diretores (Continuação)

Eduardo Cardoso Armonia
Eduardo Corsetti
Eduardo Esteban Mato Amorin
Eduardo Estefan Ventura
Eduardo Hiroyuki Miyaki
Eduardo Queiroz Tracanella
Emerson Savi Junqueira
Emilio Pedro Borsari Filho
Eric André Altafim
Estevão Carcioffi Lazanha
Fabiana Pascon Bastos
Fábio Napoli
Felipe de Souza Wey
Felipe Weil Wilberg
Fernando Della Torre Chagas
Fernando Julião de Souza Amaral
Fernando Kontopp de Oliveira
Flavio Ribeiro Iglesias
Francisco Vieira Cordeiro Neto
Gabriel Guedes Pinto Teixeira
Gabriela Rodrigues Ferreira
Gilberto Frussa
Guilherme Luiz Bressane Gomes
Gustavo Trovisco Lopes
José de Castro Araújo Rudge Filho
José Virgílio Vita Neto
Laila Regina de Oliveira Pena de Antonio
Leandro Roberto Dominiquini
Leon Gottlieb
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Livia Martines Chanes
Luís Fernando Staub
Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan
Luiz Fernando Butori Reis Santos
Luiz Severiano Ribeiro
Manoela Varanda
Marcio Luis Domingues da Silva
Marco Antonio Sudano
Mário Lúcio Gurgel Pires
Mario Magalhães Carvalho Mesquita
Matias Granata
Milena de Castilho Lefon Martins
Moisés João do Nascimento
Pedro Barros Barreto Fernandes
Renata Cristina de Oliveira ⁽¹⁾
Renato Cesar Mansur
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Ricardo Urquijo Lazcano
Rodnei Bernardino de Souza
Rodrigo Jorge Dantas de Oliveira
Rodrigo Luís Rosa Couto
Rodrigo Rodrigues Baia
Rogerio Vasconcelos Costa
Rubens Luiz dos Santos Henriques
Sergio Mychkis Goldstein
Tatiana Grecco
Thales Ferreira Silva
Thiago Luiz Charnet Ellero
Valéria Aparecida Marretto
Vanessa Lopes Reisner
Wagner Bettini Sanches

⁽¹⁾ Eleitos em AGE de 29/11/2019, homologada pelo BACEN em 15/01/2020.

Contador

Arnaldo Alves dos Santos
CRC - 1SP - 210.058/O-3

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado (Nota 2a)
(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		1.060.756.708	1.065.478.575
Disponibilidade		25.740.732	44.938.995
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b e 4	232.013.969	305.714.712
Aplicações no Mercado Aberto		202.148.624	274.290.789
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	8b	1.065.959	2.556.545
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		28.799.386	28.867.378
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c, 3d e 5	337.238.044	303.140.397
Carteira Própria		62.764.297	59.826.692
Vinculados a Compromissos de Recompra		35.140.649	35.277.482
Vinculados a Prestação de Garantias		7.083.658	1.909.803
Vinculados ao Banco Central do Brasil		3.509.367	2.857.484
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		4.298.064	3.637.399
Instrumentos Financeiros Derivativos		14.461.324	7.967.277
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	8b	209.980.685	191.664.260
Relações Interfinanceiras		149.531.322	144.584.139
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		57.881.306	50.188.734
Depósitos no Banco Central do Brasil		91.248.117	93.986.417
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		4.636	11.705
Correspondentes		40.389	45.464
Repasses Interfinanceiros		356.874	351.819
Relações Interdependências		371.195	515.753
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	6	178.497.097	150.427.732
Operações com Características de Concessão de Crédito	3e	190.154.145	160.804.461
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	3f	(11.657.048)	(10.376.729)
Outros Créditos	10a	135.358.649	114.391.419
Outros Valores e Bens	3g	2.005.700	1.765.428
Bens não Destinados a Uso		374.330	511.443
Premios não Ganhos de Resseguros	3m	7.043	6.729
Despesas Antecipadas	3g	1.624.327	1.247.256
Realizável a Longo Prazo		376.489.947	342.217.527
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b e 4	43.108.154	44.118.864
Aplicações no Mercado Aberto		301.096	477.431
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		42.807.058	43.641.433
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c, 3d e 5	151.415.731	112.091.492
Carteira Própria		77.410.490	33.352.068
Vinculados a Compromissos de Recompra		34.240.466	25.538.387
Vinculados a Prestação de Garantias		2.753.569	4.941.393
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		16.120.283	30.001.986
Vinculados ao Banco Central do Brasil		589.608	553.557
Instrumentos Financeiros Derivativos		10.471.216	7.890.706
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	8b	9.830.099	9.813.395
Relações Interfinanceiras		9.367	54.099
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		9.367	49.809
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		-	4.290
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	6	146.272.637	149.772.026
Operações com Características de Concessão de Crédito	3e	160.729.084	162.249.476
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	3f	(14.456.447)	(12.477.450)
Outros Créditos	10a	35.635.334	35.840.512
Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas	3g	48.724	340.534
Permanente		30.665.018	27.097.370
Investimentos	3h	18.808.266	16.071.835
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		18.614.421	15.868.888
Outros Investimentos		319.296	328.433
(Provisão para Perdas)		(125.451)	(125.486)
Imobilizado de Uso	3i e 12 I	5.754.412	5.667.514
Imóveis de Uso		4.044.863	3.969.091
Outras Imobilizações de Uso		12.806.360	12.670.376
(Depreciações Acumuladas)		(11.096.811)	(10.971.953)
Ágio e Intangível	3j, 3k e 12 II	6.102.340	5.358.021
Ágio		376.906	623.522
Ativos Intangíveis		12.161.671	9.564.050
(Amortização Acumulada)		(6.436.237)	(4.829.551)
Total do Ativo		1.467.911.673	1.434.793.472

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado (Nota 2a)
(Em Milhares de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		790.624.969	753.368.731
Depósitos	3b e 7	242.061.483	225.386.685
Depósitos à Vista		58.071.588	53.192.112
Depósitos de Poupança		137.508.779	130.810.197
Depósitos Interfinanceiros		7.814.328	3.375.700
Depósitos a Prazo		38.666.788	38.008.676
Captações no Mercado Aberto	3b e 7	245.120.279	285.997.417
Carteira Própria		72.644.021	75.852.806
Carteira de Terceiros		157.528.070	188.039.126
Carteira Livre Movimentação		14.948.188	22.105.485
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3b e 7	48.317.547	29.448.069
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias de Crédito e Similares		41.566.538	25.189.429
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		6.175.757	2.309.152
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		575.252	1.949.488
Relações Interfinanceiras		8.192.997	6.653.268
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		7.482.802	6.232.784
Correspondentes		710.195	420.484
Relações Interdependências		5.392.341	5.399.668
Recursos em Trânsito de Terceiros		5.277.185	5.390.114
Transferências Internas de Recursos		115.156	9.554
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3b e 7	56.737.345	39.515.921
Empréstimos		48.879.778	34.293.866
Repasses		7.857.567	5.222.055
Instrumentos Financeiros Derivativos	3d e 5b	15.286.548	7.881.509
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	3m e 8a	2.620.825	2.954.259
Outras Obrigações		166.895.604	150.131.935
Dívidas Subordinadas	7	50.965	219.203
Diversas	10b	166.844.639	149.912.732
Exigível a Longo Prazo		576.566.531	582.424.137
Depósitos	3b e 7	206.827.422	212.089.744
Depósitos Interfinanceiros		39.133.455	64.372.015
Depósitos a Prazo		167.693.967	147.717.729
Captações no Mercado Aberto	3b e 7	36.571.932	59.526.061
Carteira Própria		2.447.206	6.468.045
Carteira Livre Movimentação		34.124.726	53.058.016
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3b e 7	67.488.533	54.560.836
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias de Crédito e Similares		57.026.118	41.524.348
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		9.927.638	12.187.671
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		534.777	848.817
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3b e 7	7.485.696	17.878.901
Empréstimos		3.799.530	5.327.078
Repasses		3.686.166	12.551.823
Instrumentos Financeiros Derivativos	3d e 5b	16.687.814	15.012.059
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	3m e 8a	217.598.443	200.008.935
Outras Obrigações		23.906.691	23.347.601
Dívidas Subordinadas	7	5.038.472	4.683.267
Diversas	10b	18.868.219	18.664.334
Resultado de Exercícios Futuros	3q	723.604	801.835
Capital Social		61.925.426	61.925.426
Reservas de Capital		710.560	710.381
Reservas de Reavaliação		5.549	5.751
Reservas de Lucros		26.180.371	26.201.905
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3c e 3d	(1.380.670)	(1.751.675)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	13	87.441.236	87.091.788
Participação de Acionistas Não Controladores	3l e 13e	12.555.333	11.106.981
Total do Patrimônio Líquido		99.996.569	98.198.769
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.467.911.673	1.434.793.472

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Demonstração do Resultado Consolidado (Nota 2a)
 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receita da Intermediação Financeira		60.057.468	121.457.098	114.567.557
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		30.001.033	58.332.193	54.843.092
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		19.489.412	39.958.813	40.695.649
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	8c	7.863.957	17.306.233	12.320.896
Resultado de Operações de Câmbio		545.684	1.235.390	1.773.892
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.157.382	4.624.469	4.934.028
Despesas da Intermediação Financeira		(36.404.283)	(72.054.582)	(73.958.957)
Operações de Captação no Mercado		(23.692.541)	(47.777.786)	(53.003.798)
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	8c	(7.610.627)	(16.719.614)	(11.815.246)
Operações de Empréstimos e Repasses	7	(5.101.115)	(7.557.182)	(9.139.913)
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		23.653.185	49.402.516	40.608.600
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(7.950.033)	(11.604.531)	(4.598.428)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.868.376)	(14.473.054)	(7.440.650)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.918.343	2.868.523	2.842.222
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		15.703.152	37.797.985	36.010.172
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(9.031.178)	(14.603.474)	(12.129.280)
Receitas de Prestação de Serviços	10c	9.917.730	19.071.432	18.969.232
Rendas de Tarifas Bancárias		4.483.389	8.704.802	8.368.126
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	8c	1.801.701	3.501.373	3.417.501
Despesas de Pessoal	10d	(12.070.991)	(21.331.121)	(18.488.464)
Outras Despesas Administrativas	10e	(7.664.485)	(15.256.707)	(15.367.208)
Despesas Tributárias	3p	(2.673.203)	(5.475.770)	(4.892.715)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		776.346	1.413.007	847.702
Outras Receitas Operacionais		466.236	853.392	1.320.192
Outras Despesas Operacionais		(4.067.901)	(6.083.882)	(6.303.646)
Resultado Operacional		6.671.974	23.194.511	23.880.892
Resultado não Operacional		2.064.642	2.059.140	23.953
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		8.736.616	25.253.651	23.904.845
Imposto de Renda e Contribuição Social	3p e 11a	2.456.248	(3.141.484)	(3.953.798)
Devidos sobre Operações do Período		(4.414.725)	(7.992.317)	(3.130.170)
Referentes a Diferenças Temporárias		6.870.973	4.850.833	(823.628)
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias		(156.459)	(309.818)	(233.116)
Participações de Não Controladores	13e	(619.404)	(1.364.615)	(936.439)
Lucro Líquido		10.417.001	20.437.734	18.781.492
Número de Ações	13a		5.773.486.066	5.773.486.066
Lucro Líquido por Ação - R\$			3,54	3,25
Valor Patrimonial por Ação - R\$			15,15	15,08

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Controlador (Nota 13)

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2019	61.925.426	710.444	5.651	34.355.032	(1.046.158)	-	95.950.395
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-	(275.861)	-	(275.861)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(102)	-	-	102	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	-	-	-	(8.866.412)	-	-	(8.866.412)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações de Coligadas	-	116	-	-	-	-	116
Ajustes de Avaliação Patrimonial:							
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(38.164)	-	(38.164)
Variação Cambial dos Investimentos no Exterior / Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	-	-	-	-	(20.487)	-	(20.487)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	10.332.393	10.332.393
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	-	516.619	-	(516.619)	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	228.114	-	(228.114)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(9.587.762)	(9.587.762)
Saldos em 31/12/2019	61.925.426	710.560	5.549	26.233.353	(1.380.670)	-	87.494.218
Mutações no Período	-	116	(102)	(8.121.679)	(334.512)	-	(8.456.177)
Saldos em 01/01/2018	47.425.425	710.017	5.950	15.536.082	(2.037.959)	-	61.639.515
Aumento de Capital - AGE de 23/03/2018 e 28/06/2018	14.500.001	-	-	-	-	-	14.500.001
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-	(172.671)	-	(172.671)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(199)	-	-	199	-
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações de Coligadas	-	364	-	-	-	-	364
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	-	-	-	(769.700)	-	-	(769.700)
Ajustes de Avaliação Patrimonial:							
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(70.161)	-	(70.161)
Variação Cambial dos Investimentos no Exterior / Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior	-	-	-	-	526.503	-	526.503
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	15.891.900	15.891.900
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	-	794.595	-	(794.595)	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	10.751.678	-	(10.751.678)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(4.345.826)	(4.345.826)
Saldos em 31/12/2018	61.925.426	710.381	5.751	26.312.655	(1.754.288)	-	87.199.925
Mutações no Período	14.500.001	364	(199)	10.776.573	283.671	-	25.560.410
Saldos em 01/01/2019	61.925.426	710.381	5.751	26.312.655	(1.754.288)	-	87.199.925
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-	(338.623)	-	(338.623)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(202)	-	-	202	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	-	-	-	(10.916.412)	-	-	(10.916.412)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações de Coligadas	-	179	-	-	-	-	179
Ajustes de Avaliação Patrimonial:							
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	906.365	-	906.365
Variação Cambial dos Investimentos no Exterior / Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior	-	-	-	-	(194.124)	-	(194.124)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	20.424.670	20.424.670
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	-	1.021.233	-	(1.021.233)	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	9.815.877	-	(9.815.877)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(9.587.762)	(9.587.762)
Saldos em 31/12/2019	61.925.426	710.560	5.549	26.233.353	(1.380.670)	-	87.494.218
Mutações no Período	-	179	(202)	(79.302)	373.618	-	294.293

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ITAU UNIBANCO S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido Ajustado		23.270.172	40.512.926	39.938.955
Lucro Líquido		10.417.001	20.437.734	18.781.492
Ajustes ao Lucro Líquido:		12.853.171	20.075.192	21.157.463
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)		(31.067)	(7.640.795)	(5.291.822)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(895.140)	1.955.880	(1.154.883)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6d	9.868.376	14.473.054	7.440.650
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		181.498	422.501	819.566
Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	8c	8.294.804	15.037.812	19.614.097
Depreciações e Amortizações		1.461.609	2.841.797	2.680.224
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais	9b	1.225.094	1.743.548	879.775
Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais	9b	4.060.778	4.813.206	2.528.965
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(209.281)	(396.624)	(135.635)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)		(4.228.219)	(2.351.678)	8.835.504
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		(674.857)	(1.413.007)	(847.702)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(5.134.751)	(8.675.948)	(11.054.445)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(2.171.981)	(3.230.443)	(4.224.031)
Resultado na Alienação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		366.382	982.423	(63.275)
Resultado na Alienação de Investimentos, Bens não destinados a Uso e Imobilizado de Uso		36.744	(1.850)	39.259
Resultado de Participações de Não Controladores	13e	619.404	1.364.615	936.439
Outros		83.778	150.701	154.777
Variações de Ativos e Passivos		28.544.009	(13.589.042)	(32.112.325)
(Aumento) / Redução em Ativos		262.478	(1.413.184)	(89.026.200)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		50.376.674	58.250.134	(38.918.928)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)		(12.307.313)	(4.056.393)	(14.567.396)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		603.316	2.738.300	4.721.409
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		(9.098.796)	(5.963.791)	(3.293.891)
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro		(20.673.947)	(39.340.319)	(27.711.550)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		(8.637.456)	(13.041.115)	(9.255.844)
(Redução) / Aumento em Passivos		28.281.531	(12.175.858)	56.913.875
Depósitos		43.168.780	11.412.476	38.493.543
Captações no Mercado Aberto		(39.363.627)	(63.831.267)	17.321.409
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		21.115.716	31.797.175	6.331.888
Obrigações por Empréstimos e Repasses		2.274.510	6.828.219	4.664.687
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		474.294	2.217.948	25.943
Outras Obrigações		3.408.132	4.496.241	(7.027.963)
Resultado de Exercícios Futuros		(36.219)	(78.231)	(61.854)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.760.055)	(5.018.419)	(2.833.778)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		51.814.181	26.923.884	7.826.630
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		369.111	905.647	680.729
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(1.033.010)	6.034.738	12.289.958
Recursos do Resgate de Títulos Valores Mobiliários Mantidos Até o Vencimento		4.159.210	7.290.633	14.327.043
(Aquisição)/Alienação de Bens não destinados a Uso		217.810	341.958	268.704
Alienação de Investimentos		14.769	94.394	47
Alienação de Imobilizado de Uso		82.190	120.214	112.867
Distrato de Contratos do Intangível		309	309	35.380
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(36.357.174)	(52.622.422)	(7.250.529)
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(48.024)	(48.024)	(1.931.246)
(Aquisição) de Investimentos		(415.817)	(425.114)	(7.882.826)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso	12I	(769.383)	(1.512.172)	(1.323.095)
(Aquisição) de Intangível	12II	(1.296.136)	(2.377.950)	(1.034.097)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(35.076.145)	(42.197.789)	8.292.935
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada		(29.701)	(235.534)	(12.745.754)
Aumento de Capital	13a	-	-	14.500.001
Variação da Participação de Não Controladores		68.314	293.050	150.359
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Não Controladores		(168.306)	(209.313)	(48.748)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(16.790.500)	(18.278.000)	(4.661.995)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(16.920.193)	(18.429.797)	(2.806.137)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		(182.157)	(33.703.702)	13.313.428
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		49.015.164	85.387.729	70.919.418
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		895.140	(1.955.880)	1.154.883
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3a	49.728.147	49.728.147	85.387.729
Disponibilidades			25.740.732	44.938.995
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			6.345.564	1.966.444
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada			17.641.851	38.482.290

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Período de 01/01 a 31/12 de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

Nota 1 – Contexto Operacional

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) é uma sociedade anônima que, em conjunto com empresas controladas e coligadas, atua no Brasil e no exterior, na atividade bancária em todas as modalidades por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas, atua direta ou indiretamente em diversas outras atividades, destacando-se as de Seguros, Previdência Privada, Capitalização, Corretagem de Títulos e Valores Mobiliários e Administração de Cartões de Crédito, Consórcios, Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

a) Apresentação

As demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO e de suas controladas (ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e avaliação dos ativos financeiros. As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3c) são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

As operações de arrendamento financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial Consolidado, sendo que as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos da Demonstração do Resultado Consolidado. As operações de adiantamento sobre contratos de câmbio são reclassificadas de Outras Obrigações – Carteira de Câmbio para Operações de Crédito. O resultado de câmbio é representado pela variação e diferença de taxas incidentes sobre as contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras.

b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO contemplam as operações realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior, as operações de suas controladas e os fundos de investimentos que a entidade possui controle. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

Entidades controladas são todas as entidades às quais o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes.

No ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, os ágios registrados em controladas são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre ITAÚ UNIBANCO e ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO (Nota 13d) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos, no registro de transações com acionistas não controladores onde não há alteração de controle (Nota 3l) e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e *hedge* desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos na Demonstração do Resultado Consolidado para as subsidiárias cuja moeda funcional é igual à da controladora e na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial para as subsidiárias cuja moeda funcional é diferente da controladora.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem o ITAÚ UNIBANCO e suas controladas diretas e indiretas. Abaixo, apresenta-se as principais empresas cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado:

	Moeda Funcional (*)	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No País							
Banco Itaú Consignado S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	98,30%	98,30%	98,25%	98,25%
Cia. Itaú de Capitalização	Real	Brasil	Capitalização	62,38%	61,49%	62,38%	61,49%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Real	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itauseg Seguradora S.A.	Real	Brasil	Seguros	62,38%	99,99%	62,38%	99,99%
Itaú Seguros S.A.	Real	Brasil	Seguros	62,38%	61,49%	62,38%	61,49%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Real	Brasil	Previdência Complementar	62,38%	61,49%	62,38%	61,49%
Redecard S.A.	Real	Brasil	Adquirente	68,62%	68,62%	68,60%	68,60%
No Exterior							
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Franco Suiço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.	Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	98,98%	98,98%	99,00%	99,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itau Bank, Ltd.	Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.	Real	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Todas as dependências no exterior do ITAÚ UNIBANCO possuem moeda funcional igual a da controladora.

Nota 3 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – É definido como caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Créditos Vinculados no BACEN Remunerados, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas** - As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.

- c) **Títulos e Valores Mobiliários** - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

- d) **Instrumentos Financeiros Derivativos** - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de Risco de Mercado** – Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa** – A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado;

- *Hedge* de Investimento Líquido em Operação no Exterior - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

e) Operações de Crédito, de Arrendamento Financeiro e Outros Créditos (Operações com Característica de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso nas empresas financeiras, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras – Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.

f) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

O critério adotado para constituição da provisão para a carteira de Garantias Financeiras Prestadas, foi baseado no modelo de Perda Esperada.

g) Outros Valores e Bens - Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Estes bens são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Além disso, são registrados Prêmios não Ganhos de Resseguros (Nota 3m) e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

h) Investimentos - Incluem o ágio identificado na aquisição de coligadas e entidades controladas em conjunto, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada. São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

- Coligadas: são empresas nas quais o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO tem influência significativa, porém não detém o controle;
- Entidades Controladas em Conjunto: o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO define um negócio em conjunto quando tem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados.

i) Imobilizado de Uso - É contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 12 I.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

j) Ágio - Corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos e é amortizado com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização. É submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Para determinação desta estimativa, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

As unidades ou grupos de unidades geradoras de caixa são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de Administração interna. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 12 II.

- k) Intangível** – É composto por: (i) Valor de ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirida pela adquirente; (ii) Direitos de uso, bem como direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (iii) *Softwares* amortizados em cinco anos e carteiras de clientes amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

- l) Transações de Capital com Acionistas Não Controladores** – Alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido Consolidado.

- m) Operações de Seguros, Previdência e Capitalização** – As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado objetivando a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Contratos de Seguro estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os prêmios de seguros, cosseguros aceitos e despesas de comercialização são contabilizados pela emissão da apólice ou de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias, a receita bruta com títulos de capitalização e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 8.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição.

Teste de Adequação do Passivo

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 8.

- n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias** - são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 9.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Outras Obrigações;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- o) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas** – Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.
- p) Imposto de Renda e Contribuição Social** - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, tais como: o imposto sobre a mensuração ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda, benefícios pós-emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente, estes itens são reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado Consolidado na rubrica Outras Despesas Administrativas.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 11.

- q) Resultados de Exercícios Futuros** – Referem-se: (i) às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo e (ii) deságios na aquisição de investimentos, não absorvidos no processo de consolidação.

r) Benefícios Pós-Emprego

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido no período em que ocorrem.

s) Conversão de Moedas Estrangeiras

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em coligada o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO definiu a moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

II - Operações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado Consolidado a menos que estejam relacionados a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de investimento líquido em operações no exterior que são reconhecidos no Patrimônio Líquido.

Nota 4 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2019			31/12/2018
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	202.148.624	301.096	202.449.720	274.768.220
Posição Bancada	25.594.081	301.096	25.895.177	44.405.524
Posição Financiada	153.160.793	-	153.160.793	184.037.799
Posição Vendida	23.393.750	-	23.393.750	46.324.897
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP (Nota 8b)	1.065.959	-	1.065.959	2.556.545
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.799.386	42.807.058	71.606.444	72.508.811
Total ^(*)	232.013.969	43.108.154	275.122.123	349.833.576
Total - 31/12/2018	305.714.712	44.118.864	349.833.576	

(*) Inclui provisão para desvalorização de títulos no montante de R\$ (225) (R\$ (497) em 31/12/2018).

Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	31/12/2019							31/12/2018
	Custo	Ajuste a Valor de Mercado refletido no:		Valor de Mercado	%	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
		Resultado	Patrimônio Líquido					
Títulos Públicos - Brasil	151.644.273	828.915	3.752.942	156.226.130	31,9	21.825.177	134.400.953	137.831.747
Letras Financeiras do Tesouro	31.822.195	1.437	1	31.823.633	6,5	1.612.733	30.210.900	24.912.476
Letras do Tesouro Nacional	40.271.079	32.092	(1.613)	40.301.558	8,2	17.548.735	22.752.823	26.432.346
Notas do Tesouro Nacional	45.966.749	712.734	3.038.406	49.717.889	10,2	1.809.625	47.908.264	51.509.354
Tesouro Nacional / Securitização	153.639	(229)	38.418	191.828	0,0	84	191.744	203.138
Títulos da Dívida Externa Brasileira	33.430.611	82.881	677.730	34.191.222	7,0	854.000	33.337.222	34.774.433
Títulos Públicos - Outros Países	19.899.713	(30.859)	(390.007)	19.478.847	4,0	13.332.054	6.146.793	11.265.829
Títulos de Empresas	84.084.389	(597.984)	(165)	83.486.240	17,1	24.678.933	58.807.307	62.207.523
Ações	6.158.478	(594.491)	44.772	5.608.759	1,1	5.608.759	-	4.787.485
Cédula do Produtor Rural	5.378.485	-	41.663	5.420.148	1,1	1.617.085	3.803.063	4.194.997
Certificados de Depósito Bancário	315.816	(1)	-	315.815	0,1	315.815	-	161.598
Certificados de Recebíveis Imobiliários	7.259.824	(14.654)	46.321	7.291.491	1,5	33.703	7.257.788	11.085.926
Cotas de Fundos	4.497.800	7.830	-	4.505.630	0,9	4.505.630	-	3.650.687
Debêntures	47.476.485	7.697	(177.232)	47.306.950	9,8	6.746.739	40.560.211	28.482.780
Eurobonds e Assemelhados	4.503.493	(5.696)	42.195	4.539.992	0,9	1.383.597	3.156.395	6.335.444
Letras Financeiras	2.443.052	(605)	(2.545)	2.439.902	0,5	1.315.851	1.124.051	1.680.498
Notas Promissórias	5.001.020	-	(7.248)	4.993.772	1,0	3.144.954	1.848.818	1.069.629
Outros	1.049.936	1.936	11.909	1.063.781	0,2	6.800	1.056.981	758.479
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL ⁽¹⁾	204.530.018	-	-	204.530.018	41,9	204.530.018	-	188.068.807
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	460.158.393	200.072	3.362.770	463.721.235	94,8	264.366.182	199.355.053	399.373.906
Títulos para Negociação	288.293.385	200.072	-	288.493.457	59,0	230.082.919	58.410.538	276.905.519
Títulos Disponíveis para Venda	137.076.841	-	3.362.770	140.439.611	28,7	30.010.609	110.429.002	83.776.750
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽²⁾	34.788.167	-	-	34.788.167	7,1	4.272.654	30.515.513	38.691.637
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.446.518	7.486.022	-	24.932.540	5,1	14.461.324	10.471.216	15.857.983
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	477.604.911	7.686.094	3.362.770	488.653.775	100,0	278.827.506	209.826.269	415.231.889
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(22.395.364)	(9.578.998)	-	(31.974.362)	100,0	(15.286.548)	(16.687.814)	

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 8a);

(2) Ajuste a mercado não contabilizado de R\$ 2.959.848 (R\$ 1.119.690 em 31/12/2018).

Durante o período findo em 31/12/2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconheceu R\$ (574.580) (R\$(1.216.210) em 31/12/2018) por redução ao valor recuperável sendo R\$ (574.580) (R\$(946.741) em 31/12/2018) de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e sem montante nesta data (R\$ (269.469) em 31/12/2018) de Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento. O Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos totalizou R\$ 513.003 (R\$ 314.910 em 31/12/2018).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

I - Hedge Contábil

I) **Fluxo de Caixa** - O objetivo deste *hedge* do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB / Empréstimos Sindicalizados / Operações Ativas / Captações / Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizadas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI / LIBOR / TPM* / Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, TPM* / Selic e Taxas de câmbio.

* TPM - Taxa de Política Monetária.

Estratégias	31/12/2019					
	Objetos de Hedge				Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	-	24.067.799	(2.829.193)	(3.394.578)	25.025.868	(2.835.561)
Hedge de Operações Ativas	5.307.610	-	89.917	89.917	5.400.680	89.959
Hedge de Compromissadas Ativas	30.895.576	-	519.792	519.792	32.129.909	523.364
Risco Custos Variáveis						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	32.200.194	-	15.738	15.738	32.009.432	15.738
Total	68.403.380	24.067.799	(2.203.746)	(2.769.131)	94.565.889	(2.206.500)

Estratégias	31/12/2018					
	Objetos de Hedge				Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	-	32.114.131	(1.818.903)	(3.254.137)	33.425.154	(1.833.872)
Hedge de Operações Ativas	7.617.934	-	136.939	136.939	7.754.917	136.939
Hedge de Compromissadas Ativas	36.667.834	-	353.457	353.457	38.013.034	359.421
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	65.462	-	4.751	4.751	65.462	4.751
Risco Custos Variáveis						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	18.792.559	-	(113.036)	(113.036)	18.792.558	(113.036)
Total	63.143.789	32.114.131	(1.436.792)	(2.872.026)	98.051.125	(1.445.797)

(*) Registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Instrumentos de Hedge	31/12/2019						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado de Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros ⁽³⁾							
Futuros	62.556.457	-	13.712	(2.222.238)	(2.219.484)	(2.754)	-
Risco Cambial ⁽⁴⁾							
Futuros de DDI	32.009.432	-	-	15.738	15.738	-	-
Total	94.565.889	-	13.712	(2.206.500)	(2.203.746)	(2.754)	-

Instrumentos de Hedge	31/12/2018						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado de Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros ⁽³⁾							
Futuros	79.193.104	8.692	20.541	(1.337.512)	(1.328.507)	(9.005)	-
Risco Cambial ⁽⁴⁾							
Futuros de DDI	18.792.558	48.746	-	(113.036)	(113.036)	-	-
Opções	65.462	9.083	-	4.751	4.751	-	-
Total	98.051.124	66.521	20.541	(1.445.797)	(1.436.792)	(9.005)	-

(1) Registrado na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos;

(2) Registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial;

(3) Futuro DI negociado na B3 e Swap de Taxa de Juros negociado na Bolsa de Chicago;

(4) Futuro DDI e Opção de Compra de Dólar negociados na B3.

Os ganhos ou perdas relativos ao Hedge Contábil de Fluxo de Caixa, que o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ (1.286.496) (R\$ (1.763.142) em 31/12/2018). No período findo em 31/12/2019, foi reconhecido o montante de R\$ (869.848) em resultado.

II) **Risco de Mercado** - As estratégias de *hedge* de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO consiste em *hedges* de exposição à variação no risco de mercado, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Estratégias	31/12/2019						Instrumentos de Hedge	
	Objetos de Hedge				Variação no valor reconhecida no Resultado ^(*)	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	
	Valor Contábil		Ajuste ao Valor Justo					
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Operações de Crédito	3.495.648	-	3.511.038	-	15.390	3.495.648	(16.304)	
Hedge de Captações	-	316.966	-	310.840	6.126	316.966	(6.189)	
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	17.397.127	-	18.217.995	-	820.868	18.265.832	(814.279)	
Total	20.892.775	316.966	21.729.033	310.840	842.384	22.078.446	(836.772)	

Estratégias	31/12/2018						Instrumentos de Hedge	
	Objetos de Hedge				Variação no valor reconhecida no Resultado ^(*)	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	
	Valor Contábil		Ajuste ao Valor Justo					
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Operações de Crédito	2.931.024	-	2.923.428	-	(7.596)	2.931.024	7.661	
Hedge de Captações	-	106.557	-	107.071	514	106.557	(596)	
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	8.629.424	-	8.945.414	-	315.991	8.699.532	(306.868)	
Total	11.560.448	106.557	11.868.842	107.071	308.909	11.737.113	(299.803)	

(*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2019				
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Swaps</i>	3.966.597	-	57.209	(141.760)	(1.359)
Outros Derivativos	18.111.849	-	17.343.377	(695.012)	6.971
Total ⁽²⁾	22.078.446	-	17.400.586	(836.772)	5.612

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2018				
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Swaps</i>	6.782.309	7.661	81.022	(73.361)	9.122
Outros Derivativos	4.954.804	-	5.181.246	(226.442)	(16)
Total	11.737.113	7.661	5.262.268	(299.803)	9.106

(1) Registrado na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos;

(2) No período, o montante de R\$ 514.295 deixou de ser qualificado como *hedge*, com efeito no resultado de R\$ (24.811).

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros. Os objetos de *hedge* são relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento, taxa fixa e denominadas em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile, Londres e Colômbia, respectivamente.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será mensal.

III) **Investimento Líquido de Operação no Exterior** - A estratégia de *hedge* de investimento no exterior do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO consiste em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Estratégias	31/12/2019					
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil		Variação no valor do reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco Cambial						
<i>Hedge</i> de Investimento de Operação Líquida no Exterior	-	9.175.863	(1.824.342)	(1.824.342)	12.076.813	(1.876.032)
Total	-	9.175.863	(1.824.342)	(1.824.342)	12.076.813	(1.876.032)

Estratégias	31/12/2018					
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil		Variação no valor do reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco Cambial						
<i>Hedge</i> de Investimento de Operação Líquida no Exterior	-	9.235.713	(1.902.437)	(1.902.437)	12.531.062	(1.960.180)
Total	-	9.235.713	(1.902.437)	(1.902.437)	12.531.062	(1.960.180)

(*) Registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Instrumentos de Hedge	31/12/2019						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros ⁽³⁾							
Futuro DDI	17.596.641	227.629	-	(3.299.090)	(3.256.785)	(42.305)	-
Termo	(651.952)	639.025	-	(39.408)	(32.057)	(7.351)	-
NDF - <i>Non Deliverable Forward</i>	(4.787.265)	259.767	-	1.449.885	1.451.919	(2.034)	-
Ativos Financeiros	(80.611)	80.612	-	12.581	12.581	-	-
Total	12.076.813	1.207.033	-	(1.876.032)	(1.824.342)	(51.690)	-

Instrumentos de Hedge	31/12/2018						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros ⁽³⁾							
Futuro DDI	15.591.234	-	112.983	(2.428.312)	(2.383.853)	(44.459)	-
Termo	(1.470.385)	1.059.165	-	(55.707)	(44.457)	(11.250)	-
NDF - <i>Non Deliverable Forward</i>	(786.322)	253.969	-	518.107	520.141	(2.034)	-
Ativos Financeiros	(803.465)	803.465	-	5.732	5.732	-	-
Total	12.531.062	2.116.599	112.983	(1.960.180)	(1.902.437)	(57.743)	-

(1) Registrado na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos;

(2) Registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial;

(3) Futuro DDI negociado na B3 e Ativos Financeiros e Contratos de Forward ou Contratos NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será pela baixa total ou parcial dos investimentos.

Nota 6 - Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos

a) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco

Níveis de Risco	31/12/2019										31/12/2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações de Crédito	180.534.802	72.062.477	20.705.543	22.298.077	9.764.884	3.869.301	2.638.676	5.125.237	7.342.847	324.341.844	299.960.778
Empréstimos e Títulos Descontados	76.841.623	65.892.199	15.614.727	20.943.345	9.051.038	2.980.451	2.231.947	3.119.302	6.977.948	203.652.580	186.802.312
Financiamentos	48.730.929	4.339.816	3.600.639	791.538	491.251	467.169	159.619	1.405.284	236.827	60.223.072	55.292.684
Financiamentos Rurais	8.037.585	766.034	702.636	35.335	18.853	7.545	20.147	1.335	22.677	9.612.147	8.989.480
Financiamentos Imobiliários	46.924.665	1.064.428	787.541	527.859	203.742	414.136	226.963	599.316	105.395	50.854.045	48.876.302
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	51.575	6.441	1.347	903	4	-	717	1	212	61.200	96.949
Operações com Cartões de Crédito	9.542	16.827.671	768.344	359.062	209.912	193.575	187.024	198.525	1.091.523	19.845.178	17.377.981
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾	3.106.840	565.683	649.139	117.339	41.372	18.525	20.407	-	11.656	4.530.961	3.855.688
Outros Créditos - Diversos ⁽²⁾	45.807	520.746	33.160	39.733	50.754	1.429	126.828	1.121.355	164.234	2.104.046	1.762.541
Total Operações com Características de Concessão de Crédito	183.748.566	89.983.018	22.157.533	22.815.114	10.066.926	4.082.830	2.973.652	6.445.118	8.610.472	350.883.229	323.053.937
Garantias Financeiras Prestadas ⁽³⁾										55.764.279	56.184.699
Total com Garantias Financeiras Prestadas	183.748.566	89.983.018	22.157.533	22.815.114	10.066.926	4.082.830	2.973.652	6.445.118	8.610.472	406.647.508	379.238.636
Total Operações com Características de Concessão de Crédito em 31/12/2018	166.564.314	92.917.816	22.554.622	12.616.174	6.319.181	4.024.843	4.018.686	4.287.160	9.751.141	323.053.937	

(1) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Outros Créditos / Obrigações - Carteira de Câmbio (Nota 2a);

(2) Compostos por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Garantias Financeiras Prestadas;

(3) Contabilizados em Contas de Compensação.

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2019										31/12/2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações em Curso Anormal ^{(1) (2)}											
Parcelas Vincendas	-	-	1.123.635	1.107.934	877.816	881.463	1.024.302	874.834	2.592.031	8.482.015	8.933.093
01 a 60	-	-	81.332	103.846	94.944	97.242	117.365	93.364	279.960	868.053	778.346
61 a 90	-	-	38.786	46.651	45.789	54.780	53.661	46.493	133.238	419.398	254.653
91 a 180	-	-	96.032	141.685	110.388	115.109	120.707	115.181	326.353	1.025.455	764.676
181 a 365	-	-	144.886	200.754	175.889	161.864	259.254	191.574	547.582	1.681.803	1.421.633
Acima de 365 dias	-	-	762.599	614.998	450.806	452.468	473.315	428.222	1.304.898	4.487.306	5.713.785
Parcelas Vencidas	-	-	288.232	373.133	450.375	568.740	838.039	986.942	4.049.729	7.555.190	7.086.608
01 a 60	-	-	288.232	354.243	160.201	216.077	258.207	189.950	501.417	1.968.327	1.770.645
61 a 90	-	-	-	13.373	268.907	57.292	227.552	119.032	212.331	898.487	1.284.814
91 a 180	-	-	-	5.517	21.267	286.956	330.373	643.941	892.926	2.180.980	1.785.638
181 a 365	-	-	-	-	-	8.415	21.907	34.019	2.367.678	2.432.019	2.146.654
Acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	75.377	75.377	75.377	98.857
Subtotal (a)	-	-	1.411.867	1.481.067	1.328.191	1.450.203	1.862.341	1.861.776	6.641.760	16.037.205	16.019.701
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	183.425.364	89.667.430	20.688.177	21.274.394	8.673.979	2.562.634	1.074.118	4.556.823	1.909.931	333.832.850	305.841.352
01 a 60	35.386.649	22.292.314	6.214.167	4.989.686	797.108	248.654	180.894	360.742	322.762	70.792.976	60.482.000
61 a 90	8.713.825	5.013.759	1.122.920	911.672	163.506	102.408	46.006	88.185	69.435	16.231.716	13.073.883
91 a 180	23.147.335	11.627.492	2.485.585	2.169.390	490.924	297.118	105.998	486.867	349.120	41.159.829	35.239.197
181 a 365	25.012.408	14.283.657	3.628.919	3.667.987	678.800	470.920	158.832	1.244.995	260.033	49.406.551	40.510.581
Acima de 365 dias	91.165.147	36.450.208	7.236.586	9.535.659	6.543.641	1.443.534	582.388	2.376.034	908.581	156.241.778	156.535.691
Parcelas Vencidas até 14 dias	323.202	315.588	57.489	59.653	64.756	69.993	37.193	26.519	58.781	1.013.174	1.192.884
Subtotal (b)	183.748.566	89.983.018	20.745.666	21.334.047	8.738.735	2.632.627	1.111.311	4.583.342	1.968.712	334.846.024	307.034.236
Total da Carteira (a + b)	183.748.566	89.983.018	22.157.533	22.815.114	10.066.926	4.082.830	2.973.652	6.445.118	8.610.472	350.883.229	323.053.937
Provisão Existente	-	(449.915)	(221.575)	(684.453)	(2.646.828)	(4.082.422)	(2.973.356)	(6.444.474)	(8.610.472)	(26.813.849)	(23.896.600)
Minima	-	(449.915)	(221.575)	(684.453)	(1.006.693)	(1.224.849)	(1.486.826)	(4.511.583)	(8.610.472)	(18.196.366)	(17.669.488)
Garantias Financeiras Prestadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(700.354)	(1.042.421)
Complementar ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(1.640.135)	(2.857.573)	(1.486.530)	(1.932.891)	-	(7.917.129)	(5.184.691)
Total da Carteira em 31/12/2018	166.564.314	92.917.816	22.554.622	12.616.174	6.319.181	4.024.843	4.018.686	4.287.160	9.751.141	323.053.937	
Provisão Existente em 31/12/2018	-	(464.589)	(225.546)	(378.485)	(631.918)	(3.097.485)	(4.018.284)	(4.286.731)	(9.751.141)	(23.896.600)	
Minima	-	(464.589)	(225.546)	(378.485)	(631.918)	(1.207.453)	(2.009.344)	(3.001.012)	(9.751.141)	(17.669.488)	
Garantias Financeiras Prestadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.042.421)	
Complementar ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	(1.890.032)	(2.008.940)	(1.285.719)	-	(5.184.691)	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência;

(2) O saldo das operações não atualizadas (Non Accrual) representam o montante de R\$ 11.638.737 (R\$ 12.445.676 em 31/12/2018);

(3) Provisão para garantias financeiras prestadas, registrada na rubrica Outras Obrigações - Diversas, no Balanço Patrimonial Consolidado;

(4) Relacionada a perdas esperadas e potenciais.

c) Garantias Financeiras Prestadas por Tipo

Tipo de Garantia	31/12/2019		31/12/2018	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Adm. de Natureza Fiscal	29.460.148	(236.017)	33.900.642	(453.250)
Fianças Bancárias Diversas	18.600.879	(429.714)	16.064.097	(499.806)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	3.958.224	(20.802)	3.351.256	(47.144)
Vinculadas a Distribuição de TVM por Oferta Pública	-	-	40.000	(53)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prest. Serv. ou Execução de Obras	2.778.282	(8.258)	1.700.397	(8.734)
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	411.220	(4.650)	647.810	(27.323)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	555.526	(913)	480.497	(6.111)
Total	55.764.279	(700.354)	56.184.699	(1.042.421)

d) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	(23.896.600)	(27.666.615)
Constituição Líquida do Período	(14.473.054)	(7.440.650)
Mínima	(11.833.887)	(10.755.673)
Garantias Financeiras Prestadas	342.067	832.349
Complementar ⁽¹⁾	(2.981.234)	2.482.674
Write-Off	11.632.452	11.544.333
Outros, principalmente Variação Cambial	(76.647)	(333.668)
Saldo Final ⁽²⁾	(26.813.849)	(23.896.600)
Mínima (3)	(18.196.366)	(17.669.488)
Garantias Financeiras Prestadas ⁽⁴⁾	(700.354)	(1.042.421)
Complementar	(7.917.129)	(5.184.691)

(1) Aprimoramento dos modelos de provisão para perda esperada.

(2) Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ (644) (R\$ (981) em 31/12/2018);

(3) Contempla R\$ (248.796) referente a alteração de modelos, sendo o impacto compensado pela Provisão Complementar.

(4) Provisão para garantias financeiras prestadas, registrada na rubrica Outras Obrigações - Diversas do Balanço Patrimonial Consolidado.

Em 31/12/2019 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 7,6% (7,4% em 31/12/2018).

e) Renegociação de Créditos

O valor total de Créditos Renegociados de R\$ 21.057.422 (R\$ 20.503.211 em 31/12/2018) inclui operações oriundas de operações em dia ou com atraso inferior a 30 dias, reflexo de alterações nos termos contratuais originais, no montante de R\$ 7.289.905 (R\$ 6.257.287 em 31/12/2018).

Assim as operações de Crédito Renegociadas acima de 30 dias, totalizam R\$ 13.767.517 (R\$ 14.245.924 em 31/12/2018), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 6.812.107 (R\$ 7.201.631 em 31/12/2018).

Nota 7 - Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/12/2019			31/12/2018
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos	242.061.483	206.827.422	448.888.905	437.476.429
Captações no Mercado Aberto	245.120.279	36.571.932	281.692.211	345.523.478
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	48.317.547	67.488.533	115.806.080	84.008.905
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	41.566.538	57.026.118	98.592.656	66.713.777
<i>Non-Trade Related</i> - Emitidos no Exterior	6.175.757	9.927.638	16.103.395	14.496.823
Captação por Certificados de Operações Estruturadas (*)	575.252	534.777	1.110.029	2.798.305
Obrigações por Empréstimos e Repasses	56.737.345	7.485.696	64.223.041	57.394.822
Empréstimos	48.879.778	3.799.530	52.679.308	39.620.944
Repasses - do País - Instituições Oficiais	7.857.567	3.686.166	11.543.733	17.773.878
Dívidas Subordinadas	50.965	5.038.472	5.089.437	4.902.470
Total	592.287.619	323.412.055	915.699.674	929.306.104
Total - 31/12/2018	580.567.295	348.738.809	929.306.104	

(*) Em 31/12/2019, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitidas é de R\$ 1.204.170 (R\$ 2.902.392 em 31/12/2018).

Nota 8 - Operações com Seguros, Previdência Privada e Capitalização

No ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, os prêmios de seguros, cosseguros aceitos e despesas de comercialização são contabilizados pela emissão da apólice ou de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos.

As receitas de contribuições previdenciárias, a receita bruta com títulos de capitalização e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento.

As provisões técnicas visam reduzir os riscos envolvidos nos contratos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização e são calculadas de acordo com as Notas Técnicas aprovadas pela SUSEP.

I – Seguros e Previdência Privada:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos às indenizações, pecúlios e rendas vencidas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final;
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos a indenizações, pecúlios e rendas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro;
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização;
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento;
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** - constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto;
- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor;
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados;
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II – Capitalização:

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização;

- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;
- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados;
- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;
- **Provisão Complementar de Sorteios (PCS)** - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar;
- **Provisão para Despesas Administrativas (PDA)** - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

a) Composição das Provisões Técnicas

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios não Ganhos (PPNG)	2.345.977	2.115.294
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	212.290.349	195.365.521
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	330.831	310.479
Excedente Financeiro (PEF)	612.478	606.860
Sinistros a Liquidar (PSL)	574.517	534.411
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	226.856	294.709
Despesas Relacionadas (PDR) e Administrativas (PDA)	120.682	135.753
Matemática para Capitalização (PMC) e Resgates (PR)	3.434.098	3.400.844
Sorteios a Pagar (PSP) e a Realizar (PSR)	12.048	14.320
Outras Provisões	271.432	185.003
Total Provisões Técnicas (a)	220.219.268	202.963.194

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Aplicações no Mercado Aberto	1.065.959	2.556.545
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	219.810.784	201.477.655
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL ⁽¹⁾	204.530.018	188.068.807
Títulos Públicos - Brasil	171.059.120	161.810.674
Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional	157.162.135	147.007.252
Compromissadas	13.896.985	14.803.422
Títulos Privados	29.031.830	25.579.835
Ações, Compromissadas, Debêntures, CDB e Notas Promissórias	12.922.841	7.565.663
Letras Financeiras	16.074.097	18.005.760
Outros	34.892	8.412
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL	4.036.408	946.993
Demais Títulos ⁽²⁾	402.660	(268.695)
Outros Títulos Públicos e Privados	15.280.766	13.408.848
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros ⁽³⁾	1.056.600	1.154.010
Direitos Creditórios	843.687	991.891
Outros Créditos	212.913	162.119
Total Recursos Garantidores (b)	221.933.343	205.188.210
Total Cobertura Excedente (b-a)	1.714.075	2.225.016

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 8a);

(2) Inclui Instrumentos Financeiros Derivativos, Empréstimo de Ações e Contas a Receber/Pagar;

(3) Registrado em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.

c) Resultado das Operações

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado Financeiro	586.619	505.650
Receitas Financeiras	17.306.233	12.320.896
Despesas Financeiras	(16.719.614)	(11.815.246)
Resultado Operacional	3.501.373	3.417.501
Receitas de Prêmios e Contribuições	21.889.411	26.381.036
Variações das Provisões Técnicas	(15.037.812)	(19.614.097)
Despesas com Sinistros, Benefícios, Resgates e Sorteios	(3.267.710)	(3.175.977)
Despesas de Comercialização	(118.822)	(168.391)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	36.306	(5.070)
Total do Resultado	4.087.992	3.923.151

Nota 9 – Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

I- Ações Cíveis

As provisões para contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em Dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO já aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores podem aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses, a contar de 22/05/2018, com o conseqüente encerramento das ações judiciais.

II- Ações Trabalhistas

As provisões para contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões para contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

III- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com cobrança e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões Cíveis, Trabalhistas e Outros Riscos:

	01/01 a 31/12/2019				01/01 a 31/12/2018
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total	Total
Saldo Inicial	3.839.283	6.350.440	506.871	10.696.594	11.507.671
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)	(224.198)	(887.975)	-	(1.112.173)	(1.166.342)
Subtotal	3.615.085	5.462.465	506.871	9.584.421	10.341.329
Atualização/Encargos	103.388	953.114	-	1.056.502	589.105
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Notas 10d)	512.984	3.151.832	411.962	4.076.778	2.487.332
Constituição	866.693	3.296.737	413.416	4.576.846	2.969.745
Reversão	(353.709)	(144.905)	(1.454)	(500.068)	(482.413)
Pagamento	(1.315.716)	(2.323.758)	-	(3.639.474)	(3.833.345)
Subtotal	2.915.741	7.243.653	918.833	11.078.227	9.584.421
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)	214.261	909.001	-	1.123.262	1.112.173
Saldo Final (Nota 10b)	3.130.002	8.152.654	918.833	12.201.489	10.696.594
Saldo Final em 31/12/2018 (Nota 10b)	3.839.283	6.350.440	506.871	10.696.594	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2019 (Nota 10a)	1.209.436	2.182.020	-	3.391.456	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2018 (Nota 10a)	1.229.549	2.085.431	-	3.314.980	

IV- Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	01/01 a 31/12/2019			01/01 a 31/12/2018
	Obrigação Legal (Nota 11c)	Ações Fiscais (Nota 10b)	Total	Total
Saldo Inicial	3.495.729	1.546.427	5.042.156	4.987.486
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)	-	(68.178)	(68.178)	(66.190)
Subtotal	3.495.729	1.478.249	4.973.978	4.921.296
Atualização/Encargos	103.292	583.754	687.046	290.670
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(632)	737.060	736.428	41.633
Constituição	183.712	834.074	1.017.786	318.960
Reversão	(184.344)	(97.014)	(281.358)	(277.327)
Pagamento	(5.913)	(50.001)	(55.914)	(279.621)
Subtotal	3.592.476	2.749.062	6.341.538	4.973.978
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)	-	69.645	69.645	68.178
Saldo Final	3.592.476	2.818.707	6.411.183	5.042.156
Saldo Final 31/12/2018	3.495.729	1.546.427	5.042.156	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2019 (Nota 10a)	3.443.950	4.128.024	7.571.974	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2018 (Nota 10a)	3.003.502	3.654.128	6.657.630	

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Tributárias e Obrigações Legais são descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 1.783.322: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 625.740;

- CSLL – Isonomia – R\$ 980.720: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 982.732;

c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

I- Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 3.988.994 (R\$ 3.609.968 em 31/12/2018), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em Entidades Controladas em Conjunto.

Para as Ações Trabalhistas de perda possível, o risco estimado é de R\$ 223.786 (R\$ 154.095 em 31/12/2018).

II- Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 15.476.080 (R\$ 15.581.556 em 31/12/2018).

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Nota 10 - Detalhamento de Contas

a) Outros Créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Carteira de Cambio	89.368.893	79.644.807
Créditos Tributários (Nota 11b I)	35.209.153	30.351.024
Negociação e Intermediação de Valores	16.571.169	13.324.098
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais (Nota 9b)	10.963.430	9.972.610
Impostos e Contribuições a Compensar	6.091.164	5.438.759
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão	3.431.486	3.067.362
Rendas a Receber	2.880.331	2.504.301
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros (Notas 3m e 8b)	1.332.930	1.245.878
Diversos no País	2.336.263	1.083.548
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões	871.672	871.106
Ativos de Planos de Benefícios Pós Emprego	716.569	730.722
Outros	1.220.923	1.997.716
Total	170.993.983	150.231.931

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2019	31/12/2018
Carteira de Câmbio	90.454.523	80.082.904
Transações de Pagamento	37.566.809	36.598.449
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Outros Riscos e Ações Fiscais (Nota 9b)	15.020.196	12.243.021
Fiscais e Previdenciárias (Notas 3p e 11c)	13.898.883	11.650.398
Negociação e Intermediação de Valores	6.893.225	6.659.266
Sociais e Estatutárias	7.349.014	5.343.024
Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	2.446.604	3.986.572
Diversos no País	1.863.733	2.190.075
Provisão de Pessoal	1.685.693	1.791.248
Provisões para Pagamentos Diversos	1.529.026	1.428.074
Recursos a Liberar	1.469.723	1.331.856
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.113.651	1.154.887
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 6d)	700.388	1.042.421
Passivos de Planos de Benefícios Pós Emprego	1.500.303	394.243
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	208.924	297.090
Diversos no Exterior	196.155	175.076
Outras	1.816.008	2.208.462
Total	185.712.858	168.577.066

c) Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Cartões de Crédito e Débito	5.958.813	6.915.851
Administração de Recursos	7.405.331	6.114.977
Fundos	6.719.798	5.458.398
Consórcios	685.533	656.579
Serviços de Recebimentos	1.776.096	1.734.867
Cobrança	1.485.084	1.466.517
Arrecadações	291.012	268.350
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas	1.604.172	1.691.893
Operações de Crédito	301.049	270.009
Garantias Financeiras Prestadas	1.303.123	1.421.884
Conta Corrente	610.434	575.210
Outros	1.716.586	1.936.434
Custódia e Administração de Carteiras	429.747	365.553
Assessoria Econômica e Financeira	263.422	231.475
Outros Serviços	1.023.417	1.339.406
Total	19.071.432	18.969.232

d) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração	(6.398.259)	(5.911.560)
Participação dos Empregados nos Lucros	(4.293.316)	(3.677.308)
Benefícios Sociais	(3.801.812)	(3.281.645)
Encargos	(3.118.052)	(2.848.601)
Processos Trabalhistas e Desligamento de Funcionários	(3.151.832)	(1.949.994)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(398.997)	(575.113)
Treinamento	(168.853)	(244.243)
Total	(21.331.121)	(18.488.464)

e) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Serviços de Terceiros	(3.294.689)	(3.238.201)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.419.246)	(3.432.566)
Instalações	(2.766.392)	(2.798.859)
Depreciação e Amortização	(2.376.164)	(2.265.381)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(848.028)	(1.006.088)
Segurança	(690.633)	(695.016)
Serviços do Sistema Financeiro	(535.753)	(548.652)
Transportes	(344.888)	(329.604)
Materiais	(226.359)	(227.124)
Viagens	(209.736)	(201.048)
Outras	(544.819)	(624.669)
Total	(15.256.707)	(15.367.208)

Nota 11 - Tributos

O ITAÚ UNIBANCO e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%
PIS (*)	0,65%
COFINS (*)	4,00%
ISS até	5,00%

(*) Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,60%.

Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019: divulgada em 12 de novembro de 2019, dispõe sobre a previdência social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos previstos no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que passará a ser de 20%, a partir de 1º de março de 2020. Para as demais controladas financeiras e equiparadas, a alíquota permanece 15%, e para as não financeiras 9%.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	25.253.651	23.904.845
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(10.101.460)	(10.757.180)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	358.050	126.515
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	693.220	4.336.922
Juros sobre o Capital Próprio	1.967.326	2.086.643
Reorganizações Societárias (Nota 3I)	-	627.739
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	542.689	515.971
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (*)	(1.452.142)	(66.780)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.992.317)	(3.130.170)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição (Reversão) do Período	4.843.538	(923.663)
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	7.295	100.035
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	4.850.833	(823.628)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.141.484)	(3.953.798)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Créditos Tributários ⁽²⁾			
	31/12/2018	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2019
Refletido no Resultado	28.786.652	(9.645.812)	14.324.724	33.465.564
Refletido no Patrimônio Líquido	1.564.372	(251.663)	430.880	1.743.589
Total ⁽¹⁾	30.351.024	(9.897.475)	14.755.604	35.209.153
Contribuição Social a Compensar Decorrente da Opção Prevista no Artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001	558.347	(495.361)	-	62.986

(1) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto.

(2) O saldo dos créditos tributários contempla sua reavaliação anual e os efeitos ocasionados pela EC 103/2019 na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que foi majorada de 15% para 20%, alcançando as instituições previstas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, totalizando R\$ 2.102.836.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2018	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2019
Refletido no Resultado	4.414.003	(3.109.632)	2.845.322	4.149.693
Refletido no Patrimônio Líquido	314.830	(95.371)	540.927	760.386
Total	4.728.833	(3.205.003)	3.386.249	4.910.079

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	3.511.733	1.649.664
Demais Impostos e Contribuições a Pagar	1.884.595	1.776.172
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 11b II)	4.910.079	4.728.833
Obrigações Legais (Nota 9b IV)	3.592.476	3.495.729
Total	13.898.883	11.650.398

Nota 12 - Permanente - Imobilizado de Uso, Ágio e Intangível

I - Imobilizado de Uso

Imobilizado de Uso	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽¹⁾⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias ⁽²⁾	Instalações de Uso ⁽²⁾	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas anuais de depreciação			4%	10%	10% a 20%	10% a 20%	20% a 50%	10% a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2018	552.141	795.931	2.801.176	1.995.463	1.869.371	917.990	6.489.079	1.218.316	16.639.467
Aquisições	461.876	14.454	37.835	17.208	4.059	46.430	840.161	90.149	1.512.172
Baixas	-	(8.030)	(26.011)	(84.425)	(5.961)	(3.707)	(529.964)	(4.204)	(662.302)
Varição Cambial	(1.130)	8	(2.886)	607	(17)	(6.715)	(21.159)	447	(30.845)
Transferências	(276.538)	-	106.443	129.702	26.655	-	13.738	-	-
Outros	(15.108)	(717)	(95.973)	(13.657)	(270.705)	(5.953)	(175.697)	(2.393)	(580.203)
Saldo em 31/12/2019	721.241	801.646	2.820.584	2.044.898	1.623.402	948.045	6.616.158	1.302.315	16.878.289
Depreciação									
Saldo em 31/12/2018	-	-	(1.744.672)	(1.412.359)	(1.220.887)	(642.524)	(5.116.656)	(834.855)	(10.971.953)
Despesa de Depreciação	-	-	(68.777)	(146.464)	(127.721)	(67.321)	(692.883)	(124.635)	(1.227.801)
Baixas	-	-	20.322	84.149	4.504	3.356	480.652	3.024	596.007
Varição Cambial	-	-	2.293	(1.709)	36	3.392	12.067	(446)	15.633
Outros	-	-	70.778	12.776	261.638	5.237	138.492	2.382	491.303
Saldo em 31/12/2019	-	-	(1.720.056)	(1.463.607)	(1.082.430)	(697.860)	(5.178.328)	(954.530)	(11.096.811)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-	-	(27.066)	-	(27.066)
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	(27.066)	-	(27.066)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2019	721.241	801.646	1.100.528	581.291	540.972	250.185	1.410.764	347.785	5.754.412
Saldo em 31/12/2018 ⁽³⁾	552.141	795.931	1.056.504	583.104	648.484	275.466	1.372.423	383.461	5.667.514

(1) Inclui valores arrolados em recursos voluntários;

(2) Inclui o valor de R\$ 2.789 em 31/12/2018 referente a imóvel penhorado;

(3) Durante o período não houve Redução ao Valor Recuperável dos bens registrados no Imobilizado.

II - Ágio e Intangível

	Ativos Intangíveis ⁽¹⁾					Total
	Ágio e Intangível de Incorporação	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽²⁾	
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10% a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2018	1.267.050	492.142	2.753.379	4.528.267	1.704.910	10.745.748
Aquisições	-	-	479.837	1.183.448	714.665	2.377.950
Baixas	(4.776)	(4.282)	(6.078)	-	(129.873)	(145.009)
Variação Cambial	-	(2.263)	(18.522)	-	17.551	(3.234)
Outros	(10.333)	(14.500)	86.409	-	19.804	81.380
Saldo em 31/12/2019	1.251.941	471.097	3.295.025	5.711.715	2.327.057	13.056.835
Amortização						
Saldo em 31/12/2018	(423.642)	(169.449)	(1.532.603)	(1.822.410)	(926.061)	(4.874.165)
Despesa de Amortização ⁽³⁾	(209.198)	(34.382)	(391.624)	(674.580)	(304.212)	(1.613.996)
Baixas	4.776	4.282	6.078	-	129.873	145.009
Variação Cambial	-	1.924	8.311	-	(17.550)	(7.315)
Outros	-	14.500	(68.036)	-	(9.472)	(63.008)
Saldo em 31/12/2019	(628.064)	(183.125)	(1.977.874)	(2.496.990)	(1.127.422)	(6.413.475)
Redução ao Valor Recuperável						
Saldo em 31/12/2018	-	-	(170.727)	(342.835)	-	(513.562)
Constituição	-	-	(4.168)	(27.014)	-	(31.182)
Reversões	-	-	3.724	-	-	3.724
Saldo em 31/12/2019	-	-	(171.171)	(369.849)	-	(541.020)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2019	623.877	287.972	1.145.980	2.844.876	1.199.635	6.102.340
Saldo em 31/12/2018	843.408	322.693	1.050.049	2.363.022	778.849	5.358.021

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 272.855 realizáveis até 2020;

(2) Inclui dos valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares;

(3) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações no montante de R\$ (335.136) (R\$ (267.753) no período de 01/01 a 31/12/2018), são divulgadas na rubrica Despesa de Intermediação Financeira.

Nota 13 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 5.773.486.066 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.932.936.995 ações ordinárias e 2.840.549.071 por ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 23/03/2018 foi aprovado o aumento de capital subscrito no montante de R\$ 10.000.001, sendo integralizado 50% desse valor na data deste ato e os outros 50% em 09/04/2018. O processo foi homologado pelo BACEN em 05/04/2018. Em consequência, o capital social foi elevado em 735.666.341 ações. Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 28/06/2018 foi aprovado o aumento de capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 4.500.000. O processo foi homologado pelo BACEN em 05/07/2018. Em consequência, o capital social foi elevado em 320.609.273 ações.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Em AGE de 19/09/2014, foi deliberado a suspensão de pagamento mensal de dividendos a partir de 01/09/2014.

Durante o período de 2019 foram pagos e provisionados Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio conforme segue:

	Valor Bruto por Ação (R\$)	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	3,0744	18.050.000	(307.500)	17.742.500
Dividendos do Exercício	1,6607	9.587.762	-	9.587.762
Dividendos Extraordinários	1,1106	6.412.238	-	6.412.238
Juros Sobre Capital Próprio - Extraordinários	0,3031	2.050.000	(307.500)	1.742.500
Provisionados / (Reversão)	0,4771	2.454.174	(448.500)	2.005.674
Juros Sobre Capital Próprio - Extraordinários	0,5699	2.990.000	(448.500)	2.541.500
Dividendos - Exercício Anterior	(0,0928)	(535.826)	-	(535.826)
Total de 01/01 a 31/12/2019	3,5515	20.504.174	(756.000)	19.748.174
Total de 01/01 a 31/12/2018	0,8860	5.115.526	(686.955)	4.428.571

c) Reservas de Capital e de Lucros

	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de Capital	710.560	710.381
Reservas de Reavaliação	5.549	5.751
Reservas de Lucros	26.233.353	26.312.655

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido (Nota 2b)

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	01/01 a	01/01 a	31/12/2019	31/12/2018
	31/12/2019	31/12/2018		
ITAÚ UNIBANCO	20.424.670	15.891.900	87.494.218	87.199.925
Amortização de Ágio (Nota 2b)	54.015	298.426	(64.894)	(118.009)
Reorganizações Societárias (Nota 2c e 3l)	-	1.846.293	-	-
Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	(41.851)	760.377	1.139	-
Resultado Não Realizado e Outros ^(*)	900	(15.504)	10.773	9.872
ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO	20.437.734	18.781.492	87.441.236	87.091.788

() Ganho de Capital entre Controladas.*

e) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a	01/01 a
			31/12/2019	31/12/2018
Banco Itauleasing S.A.	215.008	202.998	(12.127)	(3.815)
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	487.061	395.742	(139.867)	(97.914)
Itauseg Participações S.A.	5.457.882	4.525.629	(641.609)	(549.277)
Itaú Corretora de Seguros S.A.	674.703	544.283	(176.682)	(182.123)
Redecard S.A.	5.224.124	5.003.097	(294.788)	31.803
Outras	496.555	435.232	(99.542)	(135.113)
Total	12.555.333	11.106.981	(1.364.615)	(936.439)

Nota 14 – Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas e fundos de investimentos, incluídas na consolidação (Nota 2b), foram eliminadas e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas.

As principais partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- As controladas e controladas em conjunto não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Duratex S.A., Itaúsa Empreendimentos S.A.⁽¹⁾ e Alpargatas S.A.;
- Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, sendo os principais: Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., Itauseg Saúde S.A., BSF Holding S.A., IRB-Brasil Resseguros S.A., XP Inc. S.A., e o investimento no exterior Itaú Corpbanca;
- Itaú Seguros S.A., Itaú Vida e Previdência S.A. e Cia. Itaú de Capitalização, empresas dos ramos de seguros, previdência e capitalização.
- O Banco Itaú BBA S.A. e as subsidiárias no Chile e Uruguai;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, criados exclusivamente para seus colaboradores;
- Associação Cubo Coworking Itaú – entidade parceira do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO que tem por objetivo incentivar e promover: a discussão, o desenvolvimento de tecnologias, de soluções e de modelos de negócio alternativos e inovadores; a produção e a divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos obtidos pelas alternativas anteriores; a atração e aproximação de novos talentos em tecnologia da informação que possam ser caracterizadas com o *startups*; a pesquisa, o desenvolvimento e o estabelecimento de ecossistemas de empreendedorismo e *startups*.
- Fundações e Institutos mantidos por doações do ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa:

Fundação Itaú para Educação e Cultura ⁽²⁾ – promove a educação, a cultura, a assistência social, a defesa e a garantia de direitos, bem como o fortalecimento da sociedade civil.

Instituto Itaú Cultural ⁽³⁾ – promove e divulga a cultura brasileira no país e no exterior.

Instituto Unibanco – apoia projetos voltados para assistência social, em especial, a educação, a cultura, a promoção à integração ao mercado de trabalho e a defesa do meio ambiente, diretamente e/ou complementarmente por meio de instituições da sociedade civil;

Instituto Unibanco de Cinema – promove a promoção da cultura em geral e permite o acesso da população de baixa renda a produções cinematográficas, videográficas e afins, sendo que para tanto deverá realizar a manutenção de cinemas próprios ou sob sua administração e cines-clubes para exibição de filmes, vídeo, disco-vídeo-laser e outras atividades correlatas à sua função, bem como exibir e divulgar o cinema em ampla aceitação, sobretudo os de produção brasileira;

Associação Itaú Viver Mais – presta serviços assistenciais, com vistas ao bem estar dos beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regulamento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser. Tais serviços poderão abranger, dentre outros, a promoção de atividades culturais, educacionais, esportivas, de lazer e saúde.

(1) Entidade incorporada pela Itaúsa Investimentos Itaú S.A..

(2) Nova denominação social da Fundação Itaú Social após a incorporação do Instituto Itaú Cultural.

(3) Entidade incorporada pela Fundação Itaú para Educação e Cultura.

Transações com Partes Relacionadas

	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
		31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		53.975.198	55.379.944	2.805.473	3.031.627
Banco Itaúcard S.A.	100% SELIC	47.594.269	38.137.114	2.383.071	2.440.086
Outras	100,5% a 101,6% DI	6.380.929	17.242.830	422.402	591.541
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)		1.067.491	(1.028.919)	632.794	(2.572.425)
Banco Itaúcard S.A.		118.858	89.046	33.100	20.332
Itaú Unibanco Holding S.A.		-	(1.680.772)	571.580	(2.498.280)
Fundos de Investimentos		900.430	513.214	27.237	37.992
Outras	5,5% a 6,2%	48.203	49.593	877	(132.469)
Operações de Crédito		83.111	140.113	56.625	227.882
Alpargatas S.A.	2,35% a 6% / 2% + CDI	30.443	45.192	1.015	2.773
Outras	113% CDI	52.668	94.921	55.610	225.109
Carteira de Câmbio (Posição Ativa e Passiva)		-	-	-	(2.420)
Itaú CorpBanca S.A.		-	-	-	(2.420)
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa e Passiva)		157.189	7.567	-	-
Itaú Corretora de Valores S.A.		157.189	7.567	-	-
Relações Interfinanceiras (Posição Ativa e Passiva)		14.992.943	13.105.035	-	-
Banco Itaúcard S.A.		13.719.145	12.041.260	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		1.273.798	1.063.775	-	-
Depósitos		(46.665.957)	(67.024.370)	(3.072.115)	(4.680.614)
Itaú Unibanco Holding S.A.		-	(26.633.316)	(678.309)	(2.486.183)
Itaú Unibanco Holding Cayman Branch	2,66% a 6,50%	(44.353.655)	(38.346.261)	(2.288.333)	(2.092.159)
Outras	2,41%	(2.312.302)	(2.044.793)	(105.473)	(102.272)
Captações no Mercado Aberto		(15.502.158)	(7.998.659)	(533.346)	(506.414)
Itaú Corretora de Valores S.A.	4,4% / 100% SELIC	(1.565.051)	(1.230.468)	(72.897)	(57.777)
Banco Itaúcard S.A.	100% SELIC	(4.309.771)	(3.876.656)	(164.754)	(274.440)
Itaú Unibanco Holding S.A.	4,40%	(6.723.949)	(261.322)	(231.186)	(20.037)
Fundos de Investimentos	4,40%	(1.046.158)	(1.863.876)	(207)	(111.173)
Outras	4,4% / 100% SELIC	(1.857.229)	(766.337)	(64.302)	(42.987)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas de Prestação de Serviços e Outras (Despesas) Administrativas		(7.745)	82.073	252.645	327.125
Banco Itaúcard S.A.		50.363	105.648	136.864	176.178
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(6.753)	(926)	50.575	50.654
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		(45.943)	(34.390)	7.310	4.404
Itaú Unibanco Holding Cayman Branch		-	-	50.989	65.005
Outras		(5.412)	11.741	6.907	30.884
Aluguéis		-	-	(68.172)	(74.985)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(32.063)	(36.075)
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.		-	-	(28.458)	(28.614)
Outras		-	-	(7.651)	(10.296)
Patrocínio		28.642	-	(15.262)	(31.970)
Associação Cubo Coworking Itaú		28.642	-	(14.062)	(31.050)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1.200)	(920)
Doações		-	-	(15.000)	(47.444)
Fundação Itaú para Educação e Cultura		-	-	(15.000)	(47.444)

Nota 15 - Informações de Subsidiárias no Exterior

O ITAÚ UNIBANCO CONSOLIDADO possui subsidiárias no exterior, subdivididas em:

- Agências no Exterior: Itaú Unibanco S.A. - Grand Cayman Branch, New York Branch, Tokyo Branch e Nassau Branch;
- Consolidado Cayman: Itaú Bank Ltd., ITB Holding Ltd., Itaú Bank & Trust Cayman Ltd., Uni-Investments Inter. Corp.; Apenas em 31/12/2018: BIE Cayman Ltd;
- Demais Empresas no Exterior: Composta basicamente pelas subsidiárias Banco Itaú Argentina S.A., Albarus S.A., Banco Itaú Paraguay S.A; Apenas em 31/12/2018: Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Lda.;

Mais informações de resultado das unidades externas encontram-se no relatório Análise Gerencial da Operação.

	Lucro/(Prejuízo) Líquido	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Agências no Exterior	1.659.584	934.936
Consolidado Cayman	369.973	283.814
Demais Empresas no Exterior	1.246.878	2.587.981
Consolidado Exterior	3.248.009	3.826.589

Nota 16 – Gerenciamento de Riscos, Capital e Limites de Imobilização

a) Governança Corporativa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiem toda a instituição e que sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Conselho de Administração é o principal órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, presididos pelo vice-presidente da Área de Riscos e Finanças (ARF). Para dar suporte a essa estrutura, a ARF possui diretorias especializadas que tem o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é fundamentado na declaração do Conselho de Administração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir desta declaração, foram definidas cinco dimensões (Capitalização, Liquidez, Composição dos resultados, Risco operacional e Reputação). Cada dimensão é composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do CRO - *Chief Risk Officer*.

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados às comissões de riscos e ao Conselho de Administração, que orientarão a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Dentre os requerimentos do BACEN para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) e a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Os fundamentos do apetite de riscos, do gerenciamento de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;

- **Cultura de Risco:** a cultura de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO vai além de políticas, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios;
- **Apreçamento do risco:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita riscos que não conhece ou não tem vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- **Diversificação:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;
- **Excelência operacional:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;
- **Ética e respeito à regulação:** para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adota diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco, tendo como base quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de riscos.

Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

I - Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros e fatores externos como: taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

II - Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities).

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e capacidade de atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de

estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 5 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos).

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII (*Delta Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;

- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

Em 31/12/2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentou um VaR Total de R\$ 278,3 milhões, com redução em relação ao ano anterior (R\$ 381,5 milhões em 31/12/2018) devido a queda da exposição nas taxas de juros.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

III- Risco de Liquidez

É a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, e não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

IV - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento “Relatório Acesso Público – Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

V- Riscos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Os principais riscos relacionados às carteiras de Seguros, Previdência Privada e Capitalização estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência privada e capitalização que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.
- Risco de crédito;

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

O processo de gerenciamento desses riscos é independente e foca nas especificidades de cada risco.

VI - Risco Socioambiental

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO entende o risco socioambiental como o risco de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pela instituição no desenvolvimento de suas atividades.

As ações de mitigação do risco socioambiental são efetuadas através de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e no registro das ocorrências em bases internas. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento deste risco no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. A gestão do risco socioambiental é efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com avaliação especializada da área de risco e da área jurídica, que dispõem de equipe técnica dedicada. As unidades de negócio contam ainda com a governança de aprovação de novos produtos, que contempla em sua avaliação o risco socioambiental, garantindo a observância deste requisito nos novos produtos aprovados pela instituição. A governança conta ainda com o Comitê de Risco Socioambiental, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais relacionados à exposição ao risco socioambiental para as atividades da instituição.

Mais detalhes sobre Risco socioambiental, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Relatórios” / Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

b) Gerenciamento de Capital

Índices de Basileia e de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31/12/2019, do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (controlador do ITAÚ UNIBANCO), obtidos a partir das demonstrações contábeis não consolidadas (base inicial para apuração do Consolidado Prudencial), conforme regulamentação em vigor:

	Consolidado Prudencial	
	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	140.595.506	147.028.135
Índice de Basileia	15,8%	18,0%
Nível I	14,4%	16,0%
Capital Principal	13,2%	15,1%
Índice de Imobilização	27,9%	25,9%
Folga de Imobilização	31.103.614	35.447.166

Nota 17 – Informações Suplementares

a) **Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019** - Aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2019 e promulgada em novembro de 2019, dispõe sobre a Previdência Social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos, previstos no inciso I do parágrafo 1º do artigo 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que passará a ser de 20%, a partir de sua entrada em vigor.

Os efeitos dos créditos tributários estão detalhados na Nota 11 – Tributos.

b) Aquisição de participação minoritária na XP Inc.

Em 11 de maio de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou contrato de compra e venda de ações com a XP Controle Participações S.A. (XP CONTROLE), o G.A. Brasil IV Fundo de Investimento em Participações, o Dyna III Fundo de Investimento em Participações, entre outras partes (VENDEDORES), para aquisição de 49,9% do capital social total (sendo 30,1% das ações ordinárias) da XP Investimentos S.A. (XP HOLDING), por meio de aporte de capital no valor de R\$ 600 milhões e aquisição de ações de emissão da XP HOLDING detidas pelos VENDEDORES no valor de R\$ 5.700 milhões, sendo que tais valores foram atualizados conforme previsão contratual totalizando R\$ 6.650 milhões (PRIMEIRA AQUISIÇÃO). Parcela deste valor ficou retida como garantia de eventuais obrigações futuras da XP CONTROLE, pelo prazo de 10 anos, sendo o eventual saldo remanescente pago à XP CONTROLE ao fim deste prazo.

Além da PRIMEIRA AQUISIÇÃO, o contrato prevê uma única aquisição adicional em 2022, sujeita à aprovação futura do BACEN, a qual, se aprovada, permitirá ao ITAÚ UNIBANCO deter até 62,4% do capital social total da XP HOLDING (equivalente a 40,0% das ações ordinárias) com base em um múltiplo de resultado (19 vezes) da XP HOLDING, portanto, sendo certo que o controle do grupo XP permanecerá inalterado, com os acionistas da XP CONTROLE. O ITAÚ UNIBANCO atuará como sócio minoritário.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de agosto de 2018, após o cumprimento de determinadas condições contratuais e obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Em 29 de novembro de 2019, houve a reorganização societária da XP HOLDING, onde os acionistas subscreveram suas respectivas ações na holding XP Inc. ("XP INC"), mantendo os mesmos percentuais no capital total. Após a oferta pública inicial de ações, realizada em 11 de dezembro de 2019, na Nasdaq em Nova Iorque, a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou de 49,9% para 46,05% gerando um resultado na subscrição primária de R\$ 1.991 milhões.

c) Aquisição de participação minoritária no Pravalier S.A.

Em 27 de dezembro de 2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO), aumentou a sua participação acionária no Pravalier S.A. (PRAVALER), adquirindo 43,07% do capital social total (correspondente a 75,71% das ações preferenciais e 28,65% das ações ordinárias) pelo montante de R\$ 330,9 milhões. O PRAVALER, com sede em São Paulo, é gestor do maior programa de crédito universitário privado no Brasil, e continuará atuando de forma independente ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O PRAVALER está classificado como entidade coligada mensurada pelo método de equivalência patrimonial.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram nesta mesma data, após obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Itaú Unibanco S.A. e empresas controladas

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco S.A. e empresas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração das mutações do patrimônio líquido do controlador do semestre e exercício findos nessa data e as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Unibanco S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco S.A. e empresas controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco S.A. e empresas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3